

Doação de ovos de Páscoa vira alvo de denúncia por uso político em Araçariguama

Documentos mostram pedido à Cacau Show, compra paralela com verba pública e indícios de distribuição em outros municípios em nome da primeira-dama

Por Rafael Lima

Documentos obtidos pelo Correio da Manhã mostram pedido formal de doação ao Instituto Cacau Show, compra paralela com dinheiro público e indícios de distribuição de parte dos itens em outros municípios em nome da primeira-dama

Uma série de documentos levanta questionamentos sobre a destinação de ovos de Páscoa recebidos pela Prefeitura de Araçariguama e aponta possível uso político de doações que deveriam atender famílias em situação de vulnerabilidade social no município.

A apuração revela que a administração municipal formalizou pedido ao Instituto Cacau Show para a doação de ovos de Páscoa destinados às crianças carentes da cidade. Em ofício datado de 20 de janeiro de 2026, o Fundo Social de Solidariedade solicitou 7 mil unidades à empresa para repasse às crianças na Páscoa deste ano.

No documento, assinado pelo prefeito Rodrigo de Andrade e pela presidente do Fundo Social e primeira-dama, Mirelle Trevisan, a prefeitura afirma que atende “todas as famílias em situação de vulnerabilidade” e solicita a colaboração para a ação social. O texto registra expressamente o objetivo da doação: “serem repassados às nossas crianças na Páscoa de 2026”.

Posteriormente, em novo ofício, de 20 de março, informa ao Instituto a retirada de 5.016 ovos, quantidade efetivamente liberada pela entidade para o município.

Em nota enviada ao Correio da Manhã, o Instituto Cacau Show confirmou a operação e detalhou a doação. “Neste ano recebemos um pedido formal da Prefeitura Municipal de Araçariguama, pedido este que foi atendido, mediante a doação de 5016 unidades de ovos de Páscoa. Esses ovos de Páscoa foram doados para a Prefeitura, para que ela realizasse a devida distribuição aos municípios carentes”.

O Instituto também ressaltou que não tem como se manifestar



Nem todos os produtos doados pelo Instituto Cacau Show para o município ficaram por lá



Em ofício assinado pelo prefeito e a primeira-dama, Fundo Social solicita ao Instituto Cacau Show ‘Doação de ovos de Páscoa, em atendimento às famílias assistidas pelo Fundo Social de Solidariedade’ de Araçariguama

sobre o destino final dos itens, mas lamentou eventual desvio de finalidade. “Não podemos nos manifestar sobre eventual desvio de finalidade na distribuição dos ovos de Páscoa, o que deve ser feito pelos órgãos de controle competentes. Podemos, entretanto, lamentar tal atitude se, de fato, ela ocorreu”, diz outro trecho da nota.

Compra paralela com dinheiro público

A apuração identificou ainda

que, paralelamente à doação recebida, a Prefeitura de Araçariguama realizou uma compra pública de ovos de Páscoa.

O termo de autorização da contratação, também em 20 de março de 2026, mostra a adesão a uma ata de registro de preços para a aquisição de ovos destinados aos alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino, no valor de R\$ 145.380,88.

É justamente neste ponto que a denúncia ganha gravida-

“Entendo ser indispensável a atuação do Ministério Público em mais de uma frente: na esfera eleitoral e também na área de defesa do patrimônio público, para apurar possível desvio de finalidade e improbidade administrativa”

Márlon Reis, advogado, um dos criadores da Lei da Ficha Limpa

de: vídeos publicados pelo próprio prefeito mostram a entrega de ovos aos alunos. Segundo a apuração, as imagens exibem, inclusive, referências aos ovos da Cacau Show, mas os produtos efetivamente entregues e que aparecem nas mãos das crianças são, majoritariamente, os ovos adquiridos com recursos públicos. Vale ressaltar que Rodrigo Andrade, pelas redes sociais, agradece ao instituto por contribuir com a entrega para os alunos.

A pergunta que surge é direta: onde foram parar os 5.016 ovos doados pelo Instituto Cacau Show?

Indícios de distribuição em outros municípios

De acordo com a apuração, há vídeos e fotos indicando que parte significativa dos ovos doados não permaneceu em Araçariguama. O material aponta entregas em outros municípios como São Roque, Ibiúna e Cajamar, realizadas em nome da primeira-dama, que assina um dos documentos como presidente do Fundo Social e é apontada como possível candidata a deputada estadual.

Em alguns vídeos, pessoas aparecem realizando as entregas e, ao

final, agradecem nominalmente à primeira-dama. Em outros, o seu perfil é mencionado. As distribuições, segundo a apuração, não teriam se limitado a crianças, alcançando também adultos.

Caso confirmada, a situação indica que itens solicitados formalmente para a população carente de Araçariguama teriam sido utilizados fora da finalidade original, enquanto a maior parte dos estudantes do município receberam os ovos comprados pela prefeitura.

A situação levanta dúvidas sobre possível desvio de finalidade de bens destinados à assistência social, além de eventual promoção pessoal e eleitoral.

Em manifestação exclusiva ao Correio da Manhã, o advogado Márlon Reis, um dos criadores da Lei da Ficha Limpa, classificou o caso como juridicamente grave. “A meu ver, os fatos narrados revelam, com bastante nitidez, uma combinação de ilícitos eleitorais e, em tese, também possíveis atos de improbidade administrativa e até crimes contra a administração pública, a depender do que vier a ser comprovado pelas investigações”, afirmou.

Márlon Reis destacou que a legislação eleitoral proíbe a vinculação de agentes políticos à distribuição de benefícios materiais em contexto de pré-campanha. “A pré-campanha não pode ser usada como espaço para a distribuição de bens, vantagens ou benefícios materiais ao eleitorado”, disse.

Em outro trecho, ele reforça que o problema extrapola a esfera eleitoral. “Se bens recebidos pelo município foram utilizados para impulsionar a imagem de uma pessoa em plena pré-campanha, o problema deixa de ser apenas eleitoral e passa a atingir também a integridade da administração pública”.

O jurista também chama atenção para a compra simultânea feita pela prefeitura. “Se o poder público, paralelamente, realiza compra com dinheiro público para suprir a distribuição oficial, surgem indícios que merecem apuração minuciosa quanto à regularidade administrativa, à motivação dos atos praticados e ao eventual favorecimento político decorrente da operação”.

Para ele, o caso exige atuação do Ministério Público em diferentes frentes. “Entendo ser indispensável a atuação do Ministério Público em mais de uma frente: na esfera eleitoral, para examinar eventual propaganda irregular, abuso de poder ou outras infrações próprias do processo político; e também na área de defesa do patrimônio público, para apurar possível desvio de finalidade, improbidade administrativa e eventual prática criminal ligada ao uso indevido de bens e recursos públicos”, concluiu.

O Correio da Manhã tentou contato, através de e-mail e telefone com a Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Araçariguama e também por e-mail com a primeira-dama para esclarecimentos. Até o fechamento desta edição, não houve retorno.